

# **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL**

**Relatório de Auditoria das Demonstrações  
Contábeis do Exercício Findo em 31 de  
Dezembro de 2012.**

**LAM AUDITORES INDEPENDENTES**

**Março / 2013**

Campinas, 13 de março de 2013.

Ao

Conselho de Administração da:

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO - CETRIL**

Estivemos nas dependências da COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO - CETRIL, realizando trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de Auditoria e, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A seguir, apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas demonstrações contábeis e que compreendem:

Balanco Patrimonial;

Demonstração do Resultado do Exercício;

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

Demonstração de Fluxo de Caixa;

Demonstração do Valor Adicionado;

Notas Explicativas da Administração;

Relatório dos Auditores Independentes; e

Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para Aprimoramentos dos Controles Internos – “RRAI”

**LAM AUDITORES INDEPENDENTES**

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011.**

Para melhor compreensão o relatório está dividido nas seguintes seções:

### **I - BALANÇO PATRIMONIAL**

**Ativo**  
**Passivo**

### **II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

### **III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC**

### **V - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**

### **VI - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

### **VII - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

### **VIII - RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTOS DOS CONTROLES INTERNOS – “RRAI”**

## SEÇÃO I

### COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL

**Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação Societária	
	2012	2011
<b>ATIVO</b>	<b>46.845,48</b>	<b>45.332,29</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.834,32</b>	<b>10.048,95</b>
Numerário disponível	827,10	456,67
Aplicações no mercado aberto	4.124,50	4.513,79
Consumidores, concessionárias e permissionárias	4.744,63	4.409,35
Rendas a receber	0,00	0,00
Devedores diversos	540,51	76,11
Depósitos judiciais	0,00	0,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(290,28)	(199,16)
Serviços em curso	56,74	(31,97)
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	78,25	94,48
Tributos a compensar	373,50	337,11
Estoque	241,91	261,52
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	51,00	44,59
Outros créditos	86,46	86,46
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>36.011,16</b>	<b>35.283,34</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>4.437,30</b>	<b>2.178,76</b>
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	409,93	488,86
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00
Outros créditos	15,81	30,03
Ativo Financeiro da Permissão	4.011,56	1.659,87
<b>Investimentos</b>	<b>0,15</b>	<b>0,15</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>2.250,66</b>	<b>26.795,47</b>
<b>Intangível</b>	<b>29.323,06</b>	<b>6.308,96</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

## SEÇÃO I

### COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO- CETRIL

#### Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2012	2011
<b>PASSIVO</b>	<b>46.845,48</b>	<b>45.332,29</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.405,33</b>	<b>3.508,18</b>
Fornecedores	895,50	896,23
Folha de pagamento		
Encargos de dívidas	167,97	161,69
Empréstimos e financiamentos	358,46	358,46
Taxas regulamentares		
Entidade de previdência privada		
Tributos e Contribuições Sociais	573,38	955,49
Passivos regulatórios		
Credores diversos	252,37	250,92
Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Obrigações estimadas	415,37	351,01
Provisões para contingências		0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	103,16	45,40
Programa de Eficiência Energética	360,37	222,50
Outras contas a pagar	278,75	266,48
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>2.130,09</b>	<b>2.496,43</b>
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.130,09	2.496,43
Encargos de dívidas	140,18	148,06
Empréstimos e financiamentos	1.977,91	2.336,37
Entidade de previdência privada		
Tributos e Contribuições Sociais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Provisões para contingências	12,00	12,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>41.310,06</b>	<b>39.327,68</b>
Capital social	16.034,88	16.035,22
Ajuste de avaliação patrimonial		
Reservas de capital	3.276,99	3.276,99
Reservas de lucros	21.006,83	19.919,56
Lucros (prejuízos) acumulados	991,36	95,91
<b>Recursos destinados a aumento de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

## SEÇÃO II

### COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO - CETRIL

#### Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. (Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receita operacional</b>	<b>34.224,75</b>	<b>31.536,21</b>
Fornecimento de energia elétrica	11.386,84	9.582,40
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	18.425,61	15.600,12
Outras receitas operacionais	834,44	475,17
Receitas de Construção e Efeitos IFRS	3.577,86	<b>5.878,52</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(7.698,91)</b>	<b>(6.026,45)</b>
ICMS	(5.214,68)	(4.396,00)
PIS	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00
ISSQN	0,00	0,00
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	(1.509,37)	(1.064,26)
Encargo do consumidor (PEE, P & D, FNDCT e MME)	(226,63)	(269,05)
Quota para RGR	(748,23)	(297,14)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>26.525,84</b>	<b>25.509,76</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(6.996,86)</b>	<b>(7.096,13)</b>
Custo com energia elétrica	(76,90)	(61,70)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.919,96)	(7.034,43)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00
<b>Custo de operação</b>	<b>(15.253,08)</b>	<b>(16.055,46)</b>
Pessoal e administradores (inclui 713,19 de remuneração a administradores)	(5.603,32)	(3.594,07)
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Material	(655,46)	(1.990,41)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00
Serviços de terceiros	(2.347,99)	(2.296,35)
Depreciação e amortização	(2.119,53)	(2.174,29)
Provisões (Reversão)	0,00	262,86
Outras	(484,41)	(449,07)
Despesas de Construção e Efeitos IFRS	(4.042,37)	<b>(5.814,13)</b>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>(22.249,94)</b>	<b>(23.151,59)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>4.275,90</b>	<b>2.358,17</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(2.715,09)</b>	<b>(2.294,18)</b>
Despesas com vendas	(91,12)	(31,66)
Despesas gerais e administrativas	(974,82)	(805,12)
Outras despesas operacionais	(1.649,15)	(1.457,40)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>1.560,81</b>	<b>63,99</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Receita (despesa) financeira</b>	<b>421,91</b>	<b>127,84</b>
Renda de aplicações financeiras	221,89	361,08
Varição monetária e acréscimo moratório - energia vendida	399,22	305,16
Varição monetária e acréscimo moratório - energia comprada	(150,21)	(485,03)
Encargos de dívidas	(150,21)	(485,03)
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente		0,00

Outros - encargos moratórios	(48,99)	(53,37)
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.982,72</b>	<b>191,83</b>
<b>Receita não operacional</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesa não operacional</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(Prejuízo) Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda</b>	<b>1.982,72</b>	<b>191,83</b>
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
<b>(Prejuízo) Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>1.982,72</b>	<b>191,83</b>
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
<b>(Prejuízo) Lucro antes do item extraordinário</b>	<b>1.982,72</b>	<b>191,83</b>
Item extraordinário	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício / período</b>	<b>1.982,72</b>	<b>191,83</b>
<b>(Prejuízo) Lucro por ação - R\$</b>	<b>0,12</b>	<b>0,01</b>

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.*

### SEÇÃO III

#### COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. (Valores expressos em milhares de reais)

##### Legislação societária

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>15.651,17</b>	<b>3.276,99</b>	<b>3.624,64</b>	<b>19.065,23</b>	<b>2.104,88</b>	<b>0,00</b>	<b>43.722,91</b>
Remuneração das imobilizações em curso							0,00
Aumento de capital social	384,05						384,05
Estorno da Reavaliação			(3.624,64)				(3.624,64)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					191,83		191,83
Destinação proposta à A.G.O.:							0,00
Reserva legal				854,33			854,33
Reserva de lucros					(2.200,80)		(2.200,80)
Juros sobre o capital próprio							0,00
Dividendos							0,00
Reserva para invest.							0,00
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>16.035,22</b>	<b>3.276,99</b>	<b>0,00</b>	<b>19.919,56</b>	<b>95,91</b>	<b>0,00</b>	<b>39.327,68</b>
Remuneração das imobilizações em curso							0,00
Diminuição de Capital	(0,35)						(0,35)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					1.982,73		1.982,73
Destinação proposta à A.G.O.:							0,00
Reserva de Assist. Técnica e Social - RATES				198,27	(198,28)		(0,01)
Reserva para Fundos de Investimentos				889,00	(793,09)		95,91
Reserva de Lucros					(95,91)		(95,91)
Juros sobre o capital próprio							0,00
Dividendo							0,00
Reserva para invest.							0,00
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>16.034,87</b>	<b>3.276,99</b>	<b>0,00</b>	<b>21.006,83</b>	<b>991,36</b>	<b>0,00</b>	<b>41.310,05</b>

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.*



## SEÇÃO IV

### COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO - CETRIL

#### Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. (Valores expressos em milhares de reais)

#### Legislação Societária

	2012	2011
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de Consumidores	30.069,77	25.959,96
Pagamentos a Fornecedores	(8.807,55)	(8.932,16)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(6.789,22)	(6.232,33)
Salários e Encargos Sociais	(6.426,16)	(5.865,09)
<b>Caixa Gerada pelas Operações</b>	<b>8.046,84</b>	<b>4.930,38</b>
Encargos Setoriais	(2.811,23)	(1.704,82)
Juros Pagos	(6,07)	(2,42)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(142,08)	(60,16)
Tributos Estaduais (ICMS)	(5.383,57)	(4.077,67)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(3,60)	0,00
<b>Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários</b>	<b>(299,71)</b>	<b>(914,69)</b>
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	(13,85)	(6,72)
Associações e Convênios	0,00	0,00
Viagens	(11,56)	(20,08)
Outras Receitas	270,83	136,96
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>(54,29)</i>	<i>(804,53)</i>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	8,46	85,65
Juros Recebidos	0,00	0,00
Títulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>8,46</i>	<i>85,65</i>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras</b>		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	243,81	366,00
Recebimentos de Empréstimos	0,00	93,99
Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
Cheques Devolvidos	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(215,43)	(193,74)
Outras Devoluções	(1,41)	(6,76)
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>26,97</i>	<i>259,49</i>
<b>Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa</b>	<b>(18,86)</b>	<b>(459,39)</b>
<b>Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período</b>	<b>4.970,46</b>	<b>5.429,85</b>
<b>Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período</b>	<b>4.951,60</b>	<b>4.970,46</b>
<b>Variação pelo Caixa</b>	<b>(18,86)</b>	<b>(459,39)</b>

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.*

## SEÇÃO V

### COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO - CETRIL

**Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. (Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Legislação societária</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receitas</b>	<b>34.133,63</b>	<b>25.690,44</b>
Venda de energia e serviços	34.224,75	25.657,70
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(91,12)	(31,66)
Resultado não operacional	0,00	64,40
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(15.193,70)</b>	<b>(12.521,57)</b>
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	(4.856,10)	(753,70)
Material e serviços de terceiros	(10.337,60)	(11.767,87)
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>	<b>18.939,93</b>	<b>13.168,87</b>
<b>(-) Quotas de reintegração</b>	<b>(2.196,80)</b>	<b>(2.232,82)</b>
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>	<b>16.743,13</b>	<b>10.936,05</b>
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>	<b>423,51</b>	<b>136,86</b>
Receitas (Despesas) financeiras	423,51	136,86
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
<b>(=) Valor adicionado a distribuir</b>	<b>17.166,64</b>	<b>11.072,91</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>6.098,12</b>	<b>4.011,89</b>
Remunerações	4.242,14	3.691,71
Encargos sociais (exceto INSS)	377,85	522,12
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	575,12	512,03
Convênio assistencial e outros benefícios	1.079,38	887,62
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(176,38)	(1.601,59)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
<b>Governo</b>	<b>9.084,02</b>	<b>6.859,61</b>
INSS (sobre folha de pagamento)	1.308,21	1.034,33
ICMS	5.214,68	4.396,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	2.561,13	1.429,28
<b>Financiadores</b>	<b>1,77</b>	<b>9,58</b>
Juros e variações cambiais	1,60	9,04
Aluguéis	0,17	0,54
<b>Acionistas</b>	<b>1.982,73</b>	<b>191,83</b>
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	1.982,73	191,83
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>	<b>225,88</b>	<b>145,70</b>

*As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.*

## SEÇÃO VI

### COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO - CETRIL

#### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012 e 2011. (Valores expressos em milhares de reais)

##### 1 Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – CETRIL é uma sociedade cooperativa fundada em 03 de dezembro de 1965, com sede em Ibiúna/SP, que tem como objeto principal a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, por delegação da União, nos municípios paulista de Ibiúna e Piedade. Esses municípios ostentam economia bastante diversificada, com ênfase, entretanto, na agricultura, sendo tais atividades, por força de Lei, regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

##### 2 Das Concessões

A CETRIL detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica nos Municípios paulista de Ibiúna e Piedade, conforme contrato de Concessão No 008/2008 assinado em 12/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2012), possui 21.248 consumidores, sendo 91,78% de consumidores rurais e 8,22% que poderiam ser de fato considerados como consumidores urbanos.

Ligação de consumidores/cooperados - foram realizadas no ano, 686 novas ligações, sendo, 307 Residenciais, 145 Comerciais, redução de (09) Industriais, 261 Rurais e redução de (18) nas demais classes, base dezembro de 2011, apresentando um crescimento de 3,34% em relação a 2011. Os consumidores não ligados em nossa Concessionária são atendidos por Concessionárias de Energia Elétrica. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 12/06/2008 até o dia 11/06/2028.

##### 3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Sociedade Cooperativa conforme Lei 5.764/71.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas na Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, Despacho nº 4.097 /2010-SFF/ANEEL de 30 de dezembro de 2010, Despacho nº 4.991/2011-SFF/ANEEL de 31 de dezembro de 2011 e Despacho nº 155/2013 – SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2013.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standard Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em especial a Interpretação Técnica ICPC 01 seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instaurada pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos despachos: 4722/2009, 4097/2010 e 4991/2011.

#### **4 Principais Práticas Contábeis**

##### **Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários**

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

##### **Consumidores (cooperados), concessionárias e permissionárias**

Engloba o Fornecimento de Energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2012, contabilizado com base no regime de competência.

##### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecido, em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber, e, de acordo com as Instruções contidas no MCSE.

##### **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a Investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado pelo custo de aquisição, também controlados pelo custo médio.

##### **Investimentos**

A Empresa Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região sempre destinou todos os seus recursos para aquisição de Ativo Imobilizado, não possuindo assim, outros investimentos não vinculados ao objeto de sua Concessão.

##### **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE no 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL no 02 de 24 de dezembro de 1997, no 44, de 17 de março de 1999 e 240 de 5 de dezembro de 2006. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Com a instituição da Resolução ANEEL 367/2009 em substituição às instruções da Portaria DNAEE 815/94 destacamos que teve início a implementação das novas metodologias de controle patrimonial no ano de 2011 como parte de atualização e adequação dos regulamentos e normas do Setor Elétrico, e, apesar da obrigatoriedade do término ter findado em 31/12/2011 obtivemos a prorrogação do prazo estendida para 30/06/2012 conforme ofício nº 1205/2011-SFF/ANEEL de 30 de dezembro de 2011, sendo que no Exercício de 2012 finalizamos o processo de implementação da Resolução 367/2009.

#### **Imposto de renda diferido**

A Empresa Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região não diferiu nenhum Imposto de Renda no exercício de 2012 e anteriores.

#### **Plano de complementação de aposentadoria e pensão**

Não houve, no exercício de 2012, nenhum custo associado a um eventual plano de aposentadoria e pensão.

#### **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

#### **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

#### **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 0127/2009 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL nº 4.722/2009, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que a partir do exercício 2011, a SFF/ANEEL determinou que no Balanço Regulatório fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho nº 4.097 /2010-SFF/ANEEL de 30 de dezembro de 2010, Despacho nº 4.991/2011-SFF/ANEEL de 31 de dezembro de 2011 e Despacho nº 155/2013-SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2013 e no Item 4 do referido despacho resolve que a partir desse ano todos os arquivos serão enviados exclusivamente por meio eletrônico, ficando as demonstrações contábeis dispensados da sua publicação em qualquer tipo de jornal, devendo somente ser disponibilizados no sítio da permissionária e encaminhá-las a SFF/ANEEL para posterior disponibilização na CIEFSE – Central de Informações Econômico-Financeira do Setor Elétrico. Conforme determinação da SFF/ANEEL, incluiremos Nota Explicativa para conciliação dos quadros regulatórios publicados nas Notas Explicativas e nas Notas Regulatórias.

### Receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos

Conforme orientação expressa no Despacho nº 155/2013-SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2013, em que solicita que mesmo aquelas permissionárias que ainda não foi definida a metodologia de revisão tarifária e que na qual deverá ser ainda definida em 2013, que tratem contabilmente as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 1º ciclo de Revisão Tarifária Periódica, como “obrigações especiais”, em subconta específica que não será amortizada.

Os cálculos e a sua contabilização serão efetuados a partir do exercício de 2013 retroativos à data contratual de revisão tarifária referente ao 1º ciclo de Revisão Tarifária Periódica que estava previsto para outubro de 2012.

### Revisão Tarifária – Rito Provisório

Em atendimento ao Despacho nº 4.991/2011 – SFF/ANEEL de 31 de dezembro de 2011 e o Despacho nº 155/2013-SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2013 e como no exercício de 2012 deveríamos ter passado pela 1ª Revisão Tarifária mas não tivemos os valores homologados pela ANEEL, de acordo com os despachos acima reconhecemos contabilmente os efeitos financeiros e o impacto da revisão tarifária no período de 2012 com efeito inclusive a partir do exercício de 2013 até a sua homologação, com base na melhor estimativa de cálculo desses valores.

### Diferença Mensal de Receita – DMR e Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE

A apuração dos valores da Diferença Mensal de Receita – DMR estabelecida pela resolução normativa nº 472/2012 ANEEL de 24 de janeiro de 2012 e atendendo ao Despacho nº 155/2013-SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2013 aonde estabelece que no exercício de 2012 todos valores apurados sejam registrados contabilmente e em atendimento conforme o referido no Despacho na cláusula 9, item 41 os valores estão sendo contabilizados como determinado.

## 5 Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2012	2011
Caixa	FIC RF LP	Indeterminado	Selic	1.281,35	1.332,16
Banco do Brasil	Renda Fixa	Indeterminado	Selic	0,00	0,00
Banco do Brasil	Fundo DI	Indeterminado	Selic	2,81	2,68
Banco do Brasil	RF LP Corp	Indeterminado	Selic	62,42	58,08
Banco do Brasil	Renda Fixa 50	Indeterminado	Selic	8,62	8,26
Banco do Brasil	CP 50 Mil	Indeterminado	Selic	0,00	0,72
Banco do Brasil	CDB	Indeterminado	Selic	1,50	507,18
Banco do Brasil	Renda Fixa 500	Indeterminado	Selic	113,50	0,00
Bradesco	Fundo DI	Indeterminado	Selic	25,85	165,28
Bradesco	CDB	Indeterminado	Selic	726,92	694,70
Bradesco	Capitalização	Indeterminado	TR Básico+juros	67,43	84,56
Itaú	CDB	Indeterminado	Selic	198,70	304,48
Santander	CDB	Indeterminado	Selic	1.222,46	522,40
HSBC	Renda Fixa Plus	Indeterminado	Selic	0,00	239,93

HSBC	Capitalização	Indeterminado	TR Básico+juros	10,82	9,93
HSBC	CDB	Indeterminado	Selic	480,37	677,91
<b>Total</b>				<b>4.202,75</b>	<b>4.608,27</b>

## 6 Consumidores (cooperados), Concessionária e Permissionária

	Legislação Societária	
	2012	2011
<b>Consumidores</b>		
Faturados	28.508,38	24.087,88
Não Faturados	1.136,32	1.089,41
<b>Subtotal</b>	<b>29.644,70</b>	<b>25.177,29</b>
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>29.644,70</b>	<b>25.177,29</b>

## 7 Composição das Contas a Receber

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	26.701,64	1.581,05	1.383,18	3.345,51	364,51	1.059,86
<b>Impostos</b>	<b>3.665,33</b>	<b>223,26</b>	<b>212,51</b>	<b>812,15</b>	<b>48,30</b>	<b>253,12</b>
PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	3.665,33	223,26	212,51	812,15	48,30	253,12
<b>Taxas</b>	<b>1.947,83</b>	<b>118,65</b>	<b>112,93</b>	<b>431,59</b>	<b>25,67</b>	<b>134,52</b>
Fiscalização	54,05	3,29	3,13	11,98	0,71	3,73

CCC	538,49	32,80	31,22	119,32	7,10	37,19
RGR	525,92	32,04	30,49	116,53	6,93	36,32
P&D	81,10	4,94	4,70	17,97	1,07	5,60
PEE	78,20	4,76	4,53	17,33	1,03	5,40
CDE	475,61	28,97	27,58	105,39	6,27	32,85
PROINFA	194,45	11,84	11,27	43,09	2,56	13,43
Compensação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo da energia comprada p/revenda	4.679,18	285,02	271,29	1.036,80	61,66	323,14
<b>Encargos de uso da rede elétrica</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de pessoal	4.579,33	278,94	265,50	1.014,67	60,34	316,24
Outras despesas operacionais	8.235,71	501,65	477,49	1.824,84	108,52	568,75
<b>Tarifa bruta da concessionária (*)</b>	<b>21.088,47</b>	<b>1.239,14</b>	<b>1.057,74</b>	<b>2.101,77</b>	<b>290,55</b>	<b>672,22</b>
<b>Resultado</b>	<b>3.594,25</b>	<b>173,53</b>	<b>43,45</b>	<b>(1.774,54)</b>	<b>60,04</b>	<b>(535,91)</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
  - 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
    - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
    - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
    - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.
- Na conta 112.01.7, conforme a Determinação Regulatória foi apropriado o valor de TUSD/MUST sendo que o seu cálculo e a sua apropriação ocorreu somente a partir de março do exercício de 2012.
  - No mês de dezembro do exercício corrente foi apropriado os valores de Fornecimento de Energia Elétrica pelo Regime de Competência.



## 8 Conta de Resultado a Compensar - CRC

A CETRIL não possui valores na Conta de Resultado a Compensar – CRC.

## 9 Outros Créditos

Com referência a Outros Créditos, (Curto e Longo Prazo), os valores de 2012 e 2011 estão assim distribuídos:

	Legislação Societária	
	2012	2011
Contrato de Mútuo		
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00
Incentivos Fiscais	0,00	0,00
Empréstimos Compulsórios	8,01	8,01
PASEP a Compensar	0,00	0,00
Caução do Contrato STN	0,00	0,00
Outros Créditos a Receber	1.501,06	1.066,85
<b>Total</b>	<b>1.509,07</b>	<b>1.074,86</b>

## 10 Investimentos

A CETRIL não possui nenhum Investimento que não seja direcionado ao seu próprio Ativo Imobilizado, integrante do Serviço Público de Energia Elétrica.

### Imobilizado

	Legislação societária	
	2012	2011
Em serviço	35.776,28	31.770,59
Em curso	2.878,96	5.725,41
<b>Sub Total</b>	<b>38.655,24</b>	<b>37.496,00</b>
Obrig.especiais vinc.à conc.do serv.público de energia elétrica	(3.069,96)	(2.731,69)
<b>Sub Total</b>	<b>(3.069,96)</b>	<b>(2.731,69)</b>
<b>Total</b>	<b>35.585,28</b>	<b>34.764,31</b>

	Legislação societária				
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2012		2011	
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Geração</b>					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	
<b>Transmissão</b>					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	
<b>Distribuição</b>					
Custo histórico	12,38%	50.642,64	(17.563,80)	33.078,84	29.255,62
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Comercialização</b>					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Administração</b>					
Custo histórico	3,25%	5.938,03	(3.240,59)	2.697,44	2.514,97
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativ. não vinc.à conces.do Sev.Públ.de</b>					
<b>E. Elétrica</b>					
Custo histórico		0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>56.580,67</b>	<b>(20.804,39)</b>	<b>35.776,28</b>	<b>31.770,59</b>
<b>Em curso</b>					
Geração		0,00	0,00	0,00	0,00
Transmissão		0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição		2.812,11	0,00	2.812,11	5.330,78
Comercialização		0,00	0,00	0,00	0,00
Administração		66,85	0,00	66,85	394,63

Atividades não vinc. à concessão do Serv. Públ. de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>2.878,96</u>	<u>0,00</u>	<u>2.878,96</u>	<u>5.725,41</u>
<b>Total</b>	<b>59.459,63</b>	<b>(20.804,39)</b>	<b>38.655,24</b>	<b>37.496,00</b>

**O processo de implantação da Resolução nº 367 02/06/2009 iniciou-se no exercício de 2011 tendo seu término no exercício de 2012.**

Nos anos de 2011 e 2012, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do serviço público de distribuição de energia elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05 onde:

*“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”*

- Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico no valor de 25.997,32 (R\$/mil)

- Ativo Financeiro

Reclassificado para o ativo financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da concessão do serviço publico no valor de 7.081,52 (R\$/mil).

As principais taxas anuais de depreciação relacionadas às macro atividade exercidas pela CETRIL, de acordo com a Resolução ANEEL nº 44/1999 atualizada pela Resolução ANEEL nº 240/2006, ratificadas pela Resolução ANEEL 367/2009 e atualizada em sua alteração de nº9, são as seguintes:

	<b>Taxas Anuais de Depreciação (%)</b>
<b>Distribuição</b>	
Banco de Capacitores	6,7
Chave de Distribuição	6,7
Condutor do Sistema de Distribuição	5,0
Estrutura (Poste, Torre) do Sistema de Distribuição	
Regulador de Tensão do Sistema de Distribuição	5,0
	4,8
Transformador de Distribuição	5,0
Medidor	4,0

Veículo	20,0
<b>Comercialização</b>	
<b>Administração Central</b>	
Edificações – Outras	4,0
Equipamento Geral	10,0
Veículos	20,0

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Não houve neste exercício Imobilização de juros e variações monetárias, já que, não obtivemos empréstimos e financiamentos destinados ao Ativo Imobilizado em Serviço.

	Legislação societária					Total
	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividades não Vinculadas	
Juros contabilizados no resultado			195,92	3,28		199,20
(-) Transferências para o imobilizado em curso						0,00
Efeito líquido do resultado						0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>195,92</b>	<b>3,28</b>	<b>0,00</b>	<b>199,20</b>
Variações monetárias e cambiais						0,00
(-) Transferências para o imobilizado em curso						0,00
Efeito líquido do resultado						0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, foi instituída a subconta 223.0x.x.x.x5 – Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – Participações e Doações – Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil. Conforme Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314, de 27 de junho de 2007, somente as empresas que já passaram pelo segundo ciclo de revisão tarifária procederão ao cálculo e registro dessa reintegração sobre o valor total das Obrigações Especiais, independente da sua data de formação.

A CETRIL, até a presente data, não passou pela Revisão Tarifária Periódica, portanto ainda não iniciou tal procedimento.

Com a edição da Resolução ANEEL nº 396/2010, as instruções para anulação do efeito da Depreciação das Obrigações Especiais foram determinadas pelo método de aplicação do mesmo percentual médio da cota de depreciação naquele mês na Atividade em que está registrada a Obrigação.

### A Composição destas Obrigações:

Histórico	Legislação Societária	
	2012	2011
Participação da União		
Participação dos Estados		
Participação dos Municípios		
Participação do Consumidor	480,74	142,46
Outros		
<b>Total</b>	<b>480,74</b>	<b>142,46</b>

**Demonstrativo do Valor Reintegrado:**

<b>Obrigações Especiais</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Valor Original	0,00	0,00
Reintegração Acumulada	0,00	0,00
<b>Valor Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A Resolução ANEEL nº 223 de 29/04/2003 e a Resolução Normativa da ANEEL nº 250 de 13/02/2007, que estabeleceram as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, e, visaram o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 de Lei nº 10.438 de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tais fatores já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores nos exercícios apresentados.

**11 Diferido**

A CETRIL não possui nenhum valor registrado em seu Ativo Diferido nos Exercícios de 2012 e 2011.

**12 Fornecedores**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
CPFL	608,62	537,74
ELEKTRO		
<b>Subtotal - Fornecedores de Energia Elétrica</b>	<b>608,62</b>	<b>537,74</b>
Materiais e Serviços	286,88	358,49
<b>Subtotal de Materiais e Serviços</b>	<b>286,88</b>	<b>358,49</b>
<b>Total Geral</b>	<b>895,50</b>	<b>896,23</b>

**13 Empréstimos e Financiamentos**

	Legislação Societária					
	Circulante		Longo Prazo		Total	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos	2012	2011
<b>Moeda Estrangeira</b>					0,00	
					0,00	
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Moeda Nacional</b>						
BB - ECFS099/2005 e ECFS0247/2008	358,46	167,97	1.977,90	140,18	2.644,51	3.004,59
					0,00	
<b>Subtotal</b>	<b>358,46</b>	<b>167,97</b>	<b>1.977,90</b>	<b>140,18</b>	<b>2.644,51</b>	<b>3.004,59</b>
<b>Total</b>	<b>358,46</b>	<b>167,97</b>	<b>1.977,90</b>	<b>140,18</b>	<b>2.644,51</b>	<b>3.004,59</b>

**Detalhamento do Empréstimo e Financiamento:**

**Banco do Brasil Eletrobrás**

- Recursos do RGR
- Início 01/02/2008
- Término 31/01/2018
- Juros 5% a.a.
- Atualização – Juros pró rata temporis (índice de correção monetária dos Recursos RGR)

**Composição dos Empréstimos e Financiamentos por Tipo de Moeda e Indexador:**

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	Legislação societária			
	2012	%	2011	%
<b>Moeda estrangeira</b>				
Dólar norte-americano	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Yen japonês	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Cesta de moedas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

<b>Moeda nacional</b>				
TR	0,00	0,00%	0,00	0,00%
URBNDES e TJLP	0,00	0,00%	0,00	0,00%
IGP-M	0,00	0,00%	0,00	0,00%
UFIR	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

#### Mutação de Empréstimos e Financiamentos:

	<b>Legislação societária</b>			
	<b>Moeda nacional</b>		<b>Moeda estrangeira</b>	
	<b>Curto</b>	<b>Longo</b>	<b>Curto</b>	<b>Longo</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Ingressos	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e cambial	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 14 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob nossa responsabilidade, referente aos exercícios 2011 e 2012.

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	748,23	297,14
Quota de Conta de Consumo de Combustível - CCC	766,12	497,37
Taxa de Fiscalização - ANEEL	76,90	61,70
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	676,66	566,88
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	111,25	97,64
Pesquisa de Desenvolvimento - P&D	115,38	103,85
<b>Total</b>	<b>2.494,54</b>	<b>1.624,58</b>



## 15 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CETRIL possui em 2012 seu Ativo Longo Prazo créditos de ICMS no valor R\$ 409,94 (Reais/Mil) referente a crédito de ICMS sobre compras para ativo imobilizado em 48 avos.

## 16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CETRIL no exercício de 2012 e anteriores.

## 17 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação Societária					
	2012			2011		
	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada	
<b>Trabalhistas</b>						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>12,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Cíveis</b>						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Sutotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Fiscais</b>						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Sutotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>12,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

- Contingências Trabalhistas

No ano de 2005 apurou-se valores referentes a Processos Trabalhistas valor que o Conselho Administrativo julgou necessário para cobrir eventuais perdas até a presente data.

## 18 Patrimônio Líquido

### Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 representa R\$ 16.046,75 (Reais/mil), sendo composto por 16.035.220 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
O quadro de socios/quotistas da CETRIL é composto de 21.248 com o Capital Social Subscrito Real/Mil de: (1)	16.046,75	100,00
Sócios Controladores que fazem parte da Diretoria - Conselhos Administrativo e Fiscal:		
1 - Nelio Antonio Leite	Presidente	1,74 0,0108
2 - Leila Cardoso de Oliveira	V.Presidente	0,23 0,0014
3 - Luiz Vieira de Goes	Secretário	0,45 0,0028
4 - Alcides Machado Oliveira	Diretor	0,23 0,0014
5 - Paulo Dias de Moraes	Diretor	1,35 0,0084
6 - Richard Guimarães	Diretor	0,17 0,0010
7 - Valdemar Cardoso de Moraes	Diretor	0,23 0,0014
8 - Francisco de Paulo Dias de Oliveira	Conselho Fiscal	0,68 0,0042
9 - Ive Coelho Ramalho	Conselho Fiscal	0,46 0,0029
10 - Luiz Ribeiro da Silva	Conselho Fiscal	0,11 0,0007
11 - José Benedito de Camargo Rolim	Conselho Fiscal (Suplente)	1,58 0,0098
12 - José Francisco Ribeiro Neto	Conselho Fiscal (Suplente)	0,24 0,0015
13 - Marcelo Aranha	Conselho Fiscal (Suplente)	1,86 0,0116

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

(1) O Capital Social Subscrito da Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região - CETRIL em 31 de dezembro de 2012 representa R\$/Mil 16.046,75 e o capital à integralizar representa R\$/Mil 11,87, cujo processo de individualização que foi iniciado no exercício anterior foi concluído nesse ano e o seu controle encontra-se informatizado e devidamente conciliados com as fichas de matriculas e o saldo contábil.

## Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

<b>Reservas de Capital</b>	<b>2012</b>	<b>Legislação Societária 2011</b>
Remuneração do Imobilizado em Curso até 31/12/2001		
Doações e Subvenções para Investimentos		
Conta de Resultado a Compensar (CRC)		
Outras	3.276,99	3.276,99
<b>Sutotal</b>	<b>3.276,99</b>	<b>3.276,99</b>
<b>Reserva de Lucros</b>		
	<b>2012</b>	<b>Legislação Societária 2011</b>
Reserva Legal	18.330,68	17.441,68
Lucros a Realizar	0,00	0,00
Reserva para Investimentos	2.676,15	2.477,88
Lucros Acumulados a Disposição da AGO	991,36	95,91
Capital Social	16.034,88	16.035,22
<b>Subtotal</b>	<b>38.033,07</b>	<b>36.050,69</b>
<b>Total do Patrimônio</b>	<b>41.310,06</b>	<b>39.327,68</b>

## Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2012 e 2011 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

## 19 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2012 e 2011 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

## 20 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh		Legislação Societária	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>Consumidores</b>						
Residencial	19.959	19.652	44.020,17	42.545,86	24.528,99	21.211,68
Industrial	11	20	2.354,92	1.922,82	1.178,36	890,15
Comercial	326	181	2.686,93	2.221,41	1.423,53	1.089,53
Rural	797	536	9.750,98	8.801,14	2.724,61	2.295,29
Poder Público	80	99	580,04	633,80	328,15	329,24
Iluminação Pública	69	68	2.542,38	2.320,97	732,09	598,38
Serviço Público	6	6	177,37	149,88	66,85	66,14
Consumo Próprio	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>21.248</b>	<b>20.562</b>	<b>62.112,79</b>	<b>58.595,88</b>	<b>30.982,58</b>	<b>26.480,41</b>
<b>Revendedores</b>						
Suprimento	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento - Curto Prazo	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>21.248</b>	<b>20.562</b>	<b>62.112,79</b>	<b>58.595,88</b>	<b>30.982,58</b>	<b>26.480,41</b>

## 21 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2012 e 2011 a CETRIL não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

22 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

Descrição	Quantidade		Legislação societária	
	GWh		Reais/Mil	
	2012	2011	2012	2011
CPFL - PIRATININGA	67,16	63,66	6.484,54	6.269,81
ELEKTRO	1,84	1,40	172,56	168,63
PROINFA	1,39	1,61	262,87	298,00
<b>Total</b>	<b>70,39</b>	<b>66,67</b>	<b>6.919,97</b>	<b>6.736,44</b>

23 Despesas Operacionais

	Legislação Societária		Legislação		Legislação	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>Pessoal</b>			<b>Despesas com Vendas</b>	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>Despesas Gerais</b>	
Remunerações	1.234,40	1.026,32	4.387,72	3.959,43	0,00	0,00
Encargos Sociais	353,48	282,94	813,58	726,59	0,00	0,00
Auxílio Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferência para Imobilização em Curso	0,00	0,00	(215,09)	(1.597,07)	0,00	0,00
Outros Benefícios	180,07	144,24	617,12	505,11	0,00	0,00
<b>Total Pessoal</b>	<b>1.767,94</b>	<b>1.453,51</b>	<b>5.603,32</b>	<b>3.594,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Material</b>	<b>55,35</b>	<b>92,04</b>	<b>655,46</b>	<b>1.990,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>358,84</b>	<b>346,63</b>	<b>2.347,99</b>	<b>2.296,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Arrendam. E Aluguéis</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,17</b>	<b>0,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Deprec. E Amortização</b>	<b>77,28</b>	<b>58,54</b>	<b>2.119,52</b>	<b>2.174,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Provisões</b>						
Provisões (PDD)	91,12	31,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total de Provisões</b>	<b>91,12</b>	<b>31,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>Outras</b>							
Energia Comprada para Revenda	6.919,96	7.034,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização	15,23	11,92	61,67	49,77	0,00	0,00	0,00
Tributos	32,82	26,34	127,87	115,45	0,00	0,00	0,00
Outras	331,74	228,34	356,37	127,35	0,00	0,00	0,00
<b>Total de Outras</b>	<b>7.299,74</b>	<b>7.301,04</b>	<b>545,91</b>	<b>292,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>9.650,28</b>	<b>9.283,42</b>	<b>11.272,38</b>	<b>10.348,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 24 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

Histórico	Legislação Societária						2012	2011
	Geração	Transmiss.	Distrib.	Comerc.	Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica			
Encargos Financeiros Totais	0,00	0,00	195,92	3,28	0,00	199,20	545,15	
(-) Transf. p/ Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Líquido Apropriado no Exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>195,92</b>	<b>3,28</b>	<b>0,00</b>	<b>199,20</b>	<b>545,15</b>	
Efeitos Inflacionários Cambiais Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Transf. p/ Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Líquido Apropriado no Exercício</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>195,92</b>	<b>3,28</b>	<b>0,00</b>	<b>199,20</b>	<b>545,15</b>	

## 25 Resultado Não Operacional

	Legislação Sopiética	
	2012	2011
<b>Receitas não Operacionais</b>	<b>(609,06)</b>	<b>(153,12)</b>
Prejuízo na Desativação de Bens e Direitos	242,58	42,80
Prejuízo na Alienação de Bens e Direitos	0,00	0,00
Outras Despesas não Operacionais	472,14	45,92
<b>Subtotal de Despesas Não Operacionais</b>	<b>714,73</b>	<b>88,71</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>105,67</b>	<b>(64,40)</b>

## 26 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício é demonstrada a seguir:

	Legislação societária	
	2012	2011
<b>Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.982,73</b>	<b>191,83</b>
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	0,00	0,00
<b>Efeitos Fiscais Sobre:</b>		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 27 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2012.

## 28 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos no programa de benefícios aos funcionários a todos os colaboradores, Planos de Saúde e Odontológico, seguro de vida; vale compras, vale farmácia, cestas básicas mensais, uniformes e também uma linha créditos de financiamento consignado junto ao Banco do Brasil.

Não foi implantado no exercício de 2012 o Plano Previdenciário.

## 29 - Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas no exercício de 2012 e 2011, exceção feita a transação efetuada com a empresa COMERCIAL LV IBIÚNA FERRAGENS LTDA.- ME no exercício de 2012 e cujo valor anual não ultrapassa o percentual estipulado, conforme incisos I, II, III e V, do artigo 3º da Resolução nº 334 de 21/10/2008, dispensando assim o controle prévio e a anuência do órgão regulador.

## 30 - Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2012 e 2011 exceção feita a aplicações a curtíssimo prazo em 2012, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

## 31 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2010, as Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

BALANÇO PATRIMONIAL	Legislação Societária					
	Em 31 de Dezembro de 2012					
	GER	TRA	DIST	COM	AV	CONS
<b>ATIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28.737,27</b>	<b>18.108,21</b>	<b>0,00</b>	<b>46.845,48</b>
<b>Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.646,28</b>	<b>4.188,02</b>	<b>0,00</b>	<b>10.834,31</b>
Numerário disponível	0,00	0,00	507,38	319,72	0,00	827,10
Aplicações no merc. aberto	0,00	0,00	2.530,17	1.594,33	0,00	4.124,50
Consumidores, concessionárias e permissionárias	0,00	0,00	2.910,58	1.834,05	0,00	4.744,63



Rendas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	0,00	0,00	331,57	208,93	0,00	540,51
Depósitos judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	0,00	0,00	(178,08)	(112,21)	0,00	(290,29)
Serviços em curso	0,00	0,00	34,81	21,93	0,00	56,74
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	48,00	30,25	0,00	78,25
Tributos a compensar	0,00	0,00	229,12	144,38	0,00	373,50
Estoque	0,00	0,00	148,40	93,51	0,00	241,91
Imposto de renda e contrib.social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00	0,00	31,28	19,71	0,00	51,00
Outros créditos	0,00	0,00	53,04	33,42	0,00	86,46
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.090,99</b>	<b>13.920,19</b>	<b>0,00</b>	<b>36.011,17</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.605,32</b>	<b>2.901,95</b>	<b>0,00</b>	<b>7.507,26</b>
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00	251,47	158,46	0,00	409,94
Imposto de renda e contrib.social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo financeiro	0,00	0,00	4.344,15	2.737,38	0,00	7.081,52
Outros créditos	0,00	0,00	9,70	6,11	0,00	15,81
Investimentos	0,00	0,00	0,09	0,06	0,00	0,15
<b>Imobilizado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.003,02</b>	<b>632,03</b>	<b>0,00</b>	<b>1.635,05</b>
<b>Intangível</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.482,56</b>	<b>10.386,15</b>	<b>0,00</b>	<b>26.868,71</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>						
<b>Legislação Societária</b>						
<b>Em 31 de Dezembro de 2012</b>						
	<b>GER</b>	<b>TRA</b>	<b>DIST</b>	<b>COM</b>	<b>AV</b>	<b>Total</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(28.737,27)</b>	<b>(18.108,21)</b>	<b>0,00</b>	<b>(46.845,48)</b>
<b>Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(2.089,00)</b>	<b>(1.316,34)</b>	<b>0,00</b>	<b>(3.405,33)</b>
Fornecedores	0,00	0,00	(549,34)	(346,16)	0,00	(895,50)
Folha de pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00	(103,04)	(64,93)	0,00	(167,97)

Emprést. e financiamentos	0,00	0,00	(219,90)	(138,56)	0,00	(358,46)
Taxas regulamentares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00	(351,74)	(221,64)	0,00	(573,38)
Passivo regulatório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores diversos	0,00	0,00	(154,82)	(97,56)	0,00	(252,37)
Dividendos juros s/ capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações estimadas	0,00	0,00	(254,81)	(160,56)	0,00	(415,37)
Prov. para contingências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesquisa& Desenvolvimento	0,00	0,00	(63,28)	(39,88)	0,00	(103,16)
Programa de Eficiência Energética	0,00	0,00	(221,07)	(139,30)	0,00	(360,38)
Outras contas a pagar	0,00	0,00	(171,00)	(107,75)	0,00	(278,75)
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.306,70)</b>	<b>(823,39)</b>	<b>0,00</b>	<b>(2.130,09)</b>
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.306,70)</b>	<b>(823,39)</b>	<b>0,00</b>	<b>(2.130,09)</b>
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	(1.213,34)	(764,56)	0,00	(1.977,90)
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos e contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para contingências	0,00	0,00	(7,36)	(4,64)	0,00	(12,00)
Outras contas a pagar	0,00	0,00	(85,99)	(54,19)	0,00	(140,18)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(25.341,58)</b>	<b>(15.968,48)</b>	<b>0,00</b>	<b>(41.310,06)</b>
Capital social	0,00	0,00	(9.836,56)	(6.198,31)	0,00	(16.034,88)
Ajuste de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00	(2.010,26)	(1.266,73)	0,00	(3.276,99)
Reservas de lucros	0,00	0,00	(12.886,60)	(8.120,23)	0,00	(21.006,83)
Lucros (prejuízos) acumulados	0,00	0,00	(608,15)	(383,21)	0,00	(991,36)
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Legislação Societária					
	Em 31 de Dezembro de 2012					
	GER	TRA	DIST	COM	AV	Total
<b>Receita operacional</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(21.132,33)</b>	<b>(13.092,42)</b>	<b>0,00</b>	<b>(34.224,75)</b>
Fornecimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	(11.386,84)	0,00	(11.386,84)
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Disponibilização do sistema de trans. e distribuição	0,00	0,00	(18.425,61)	0,00	0,00	(18.425,61)
Outras receitas operacionais	0,00	0,00	(2.706,72)	(1.705,58)	0,00	(4.412,30)
<b>Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.778,08</b>	<b>2.920,83</b>	<b>0,00</b>	<b>7.698,91</b>
ICMS	0,00	0,00	3.254,14	1.960,54	0,00	5.214,68
PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo do Consumidor (CCC e CDE)	0,00	0,00	885,07	557,71	0,00	1.442,77
Encargo do cons.(PEE, P&D, FNDCT e MME)	0,00	0,00	179,88	113,35	0,00	293,22
Quota para RGR	0,00	0,00	459,00	289,23	0,00	748,23
Outros (Sistema Isolado – CCC Lei 12.111/2009)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(16.354,25)</b>	<b>(10.171,60)</b>	<b>0,00</b>	<b>(26.525,85)</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>61,67</b>	<b>6.935,18</b>	<b>0,00</b>	<b>6.996,86</b>
Custo com energia elétrica	0,00	0,00	61,67	15,23	0,00	76,90
Energia elétrica comprada para revenda	0,00	0,00	0,00	6.919,96	0,00	6.919,96
Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Custo de operação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.253,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.253,08</b>
Pessoal e administradores (inclui 368,49 de remuneração a administradores)	0,00	0,00	5.603,32	0,00	0,00	5.603,32
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	655,46	0,00	0,00	655,46
Matéria-Prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de terceiros	0,00	0,00	2.347,99	0,00	0,00	2.347,99
Depreciação e amortização	0,00	0,00	2.119,52	0,00	0,00	2.119,52
Provisões (Reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	4.526,78	0,00	0,00	4.526,78
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.314,75</b>	<b>6.935,18</b>	<b>0,00</b>	<b>22.249,93</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.039,50)</b>	<b>(3.236,41)</b>	<b>0,00</b>	<b>(4.275,91)</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.715,09</b>	<b>0,00</b>	<b>2.715,09</b>
Despesas com vendas	0,00	0,00	0,00	91,12	0,00	91,12
Despesas gerais e administrativas	0,00	0,00	0,00	974,82	0,00	974,82
Outras despesas Operacionais	0,00	0,00	0,00	1.649,15	0,00	1.649,15
<b>Resultado do serviço</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.039,50)</b>	<b>(521,32)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.560,82)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Receita (despesa) financeira</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(72,95)</b>	<b>(348,96)</b>	<b>0,00</b>	<b>(421,91)</b>
Renda de aplicações financeiras	0,00	0,00	(176,35)	(45,54)	0,00	(221,89)

Variação monetária e acréscimo moratório – energia vendida	0,00	0,00	0,00	(368,58)	0,00	(368,58)
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00	117,01	73,73	0,00	190,74
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros – Encargos Moratórios	0,00	0,00	(13,61)	(8,57)	0,00	(22,18)
<b>Resultado operacional</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.112,45)</b>	<b>(870,28)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.982,73)</b>
<b>Receita não operacional</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesas não operacional</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.112,45)</b>	<b>(870,28)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.982,73)</b>
Contribuição social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Lucro líquido (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.112,45)</b>	<b>(870,28)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.982,73)</b>
<b>Reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.112,45)</b>	<b>(870,28)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.982,73)</b>
<b>Item extraordinário</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Participação nos lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.112,45)</b>	<b>(870,28)</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.982,73)</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação – R\$</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,01</b>

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Nas Unidades de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, acrescidas dos faturamentos de transferências virtuais entre as Unidades de Negócio da CETRIL, por transferências de preços contratados ou virtualmente contratados entre as partes, conforme segue:

<b>Receita da Unidade</b>	<b>G</b>	<b>T</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>AV</b>	<b>TOTAL</b>
Geração - G						<b>0,00</b>
Transmissão - T						<b>0,00</b>
Distribuição - D			18.425,61			<b>18.425,61</b>
Comercialização - C			(18.425,61)	28.508,38		<b>10.082,77</b>
Atividade não Vinculada - AV						<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28.508,38</b>	<b>0,00</b>	<b>28.508,38</b>

O cálculo da transferência de Receita entre Atividades foi realizada a partir da Demanda de Utilização das Redes em cada mês, utilizando-se tarifas médias de venda da TUSD, conforme determinação da SFF/ANEEL.

A conciliação da demonstração de Ativo/Passivo foi realizada pela proporção do Resultado Operacional de cada uma das Unidades de Negócio.

Todos os grupos (Ativo/Passivo e Resultado) estão totalmente conciliados com a demonstração geral da Empresa, não havendo diferenças a demonstrar.

As Receitas e Despesas Operacionais já foram contabilizadas em cada Unidade de Negócio e, a Administração Geral, devidamente rateada, de forma mensal, conforme Regra Regulatória.

Para atendimento do CPC 22 – Informações por Segmento, as premissas contidas no MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, mais precisamente na Instrução Contábil 9.17, sub item 40, onde estabelece que se deve divulgar o Resultado por Atividade (Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização e Não Vinculados), está em consonância com os preceitos fundamentais para a aplicação do CPC em questão. Por esse motivo, o Ativo apresentado nesta nota demonstra os valores no formato "SOCIETÁRIO".

### 32 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CETRIL não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2011 e 2012.

### 33 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<b>Riscos</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Prêmio</b>
Veículos	Diversos	1.098,40	62,34

**Equipamentos nomeados** – Nas apólices, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

Nº	Veículo	Modelo
2	UNO MILLE - FROTA 01	(DUU0715)
3	UNO MILLE - FROTA 02	(DUU0697)
4	MOTO NXR - FROTA 05	
28	F 12000 CESTA - FROTA 07	
29	F 14000 MUNCK - FROTA 08	

5 MOTO NXR - FROTA 09  
6 F 4000 CABINE DUPLA - FROTA 11  
7 BANDEIRANTE JEEP - FROTA 13  
8 UNO MILLE WAY - FROTA 14  
9 HILUX - FROTA 15  
30 HILUX - FROTA 16  
10 UNO MILLE WAY - FROTA 17  
11 UNO MILLE WAY - FROTA 18  
12 MOTO NXR - FROTA 19 (EOU.7379  
13 BANDEIRANTE - FROTA 20  
14 UNO 1.4 WAY - FROTA 21  
15 F 4000 CESTA - FROTA 22  
16 MOTO NXR - FROTA 23  
17 MOTO NXR - FROTA 24  
18 MOTO NXR - FROTA 25  
31 BANDEIRANTE - FROTA 28  
32 STRADA FIRE - FROTA 30  
33 BANDEIRANTE ESCADA - FROTA 33  
20 F 16000 MUNCK - FROTA 35  
1 COROLLA XEI 2.0 - FROTA 36  
34 STRADA FIRE - FROTA 37  
35 STRADA FIRE - FROTA 38  
21 MOTO NXR - FROTA 40  
22 HILUX - FROTA 44  
23 HILUX - FROTA 45  
24 GOL 1.6 POWER - FROTA 46  
36 MOTO NXR - FROTA 50  
25 HILUX - FROTA 52 (DUU.0965)  
26 HILUX - FROTA 54  
27 UNO MILLE WAY - FROTA 55  
37 CG CARGO - FROTA 62

**Obs: Todos segurados contra Danos Matérias, Danos Corporais, APP por Morte e Invalidez.**

## **34 Eventos Subsequentes**

### **34.1 Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante**

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a harmonização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4o, trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL No. 4722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 15/03/2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL 396/2010 que veio, entre outras ações, oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórios. Tal determinação já é visível em nossa Concessionária, com a edição dos quadros ATIVO/PASSIVO/DRE REGULATÓRIO e ATIVO/PASSIVO/DRE SOCIETÁRIO. Ainda nesta linha, a SFF/ANEEL, para o encerramento do exercício de 2011, determinou, através do Despacho 4991/2011-SFF/ANEEL, a introdução de novos quadros para a publicação do Ativo/Passivo/DRE Regulatórios, bem como determinou a publicação de 13 Notas Conciliatórias, afim de demonstrar os ajustes efetuados entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária. Nossa Empresa já procedeu a tais implementações. Para o Exercício de 2012, espera-se a imposição de grandes mudanças nesta linha, inclusive, que culminarão na duplicidade dos livros oficiais contábeis, onde teremos livros para os fins regulatórios e livros para os fins societários.

### **34.2 Processo Trabalhista**

Como as demais sociedades que operam no País, a Cetril está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas e outras. No ano de 2008 apurou-se o montante de R\$ 12.000,00 referentes a Processo Trabalhistas levados à crédito da conta Provisão para Contingências Trabalhistas, cujo valor está mantido até a presente data aonde o Conselho Administrativo julga suficientes para cobrir essas eventuais perdas.

### **34.3 Ativo Regulatório**

No exercício de 2012 apurou-se o montante de R\$ 448,69 referentes a valores da conta Outros Ativos Regulatórios, que está composto sobre os cálculos sobre o Diferimento de Reposição Tarifária na Reposição Tarifária Periódica, Compensação da Variação de Custos da Parcela A e o Custo com a Implantação da Resolução 367.

### **35 Racionamento de Energia Elétrica**

Não houve nos exercícios de 2011 e 2012 intervenção governamental ou de outra natureza que nos levasse a efetuar racionamento de energia elétrica. A CETRIL tem trabalhado incansavelmente na educação da nova geração, pelo uso consciente da energia, contribuindo para evitar-se um futuro racionamento.

### **36 Balanço Social**

#### **Recursos Humanos**

A CETRIL no ano de 2012 conquistou o selo de qualidade ISO 9001, com isso desenvolveu um grande programa de capacitação para seus colaboradores, com treinamentos como: operador de moto serra, atendimento ao consumidor operação de guindauto entre outros. Investiu em palestras e seminários com a finalidade de aumentar o conhecimento do seu pessoal.

Aos nossos colaboradores é oferecido com forma de benefício, aos que estudam, uma ajuda de custo para transporte. Também como programa de benefícios é fornecido a todos os colaboradores, de igual forma, plano de saúde e odontológico, cesta básica, vale compras, vale farmácia, seguro de vida e credito consignado.

Anualmente a Comissão Interna contra Prevenção de Acidentes - CIPA organiza a SIPAT - Semana Interna contra Prevenção de Acidentes do trabalho-SIPAT, conscientizando a todos com palestras e teatros.A CETRIL se preocupa com envolvimento da família neste evento.

#### **Responsabilidade Social**

A CETRIL recebe constantemente cartas de entidades sociais ou grupos de apoio que solicitam a ajuda da Cooperativa, tanto financeira como para doação de cestas básicas. O asilo Casa de Santa Rita, o Fundo Social de Solidariedade e o Serviço de Proteção aos Menores de Ibiúna (SERPROMI), são exemplos de locais que recebem mensalmente a doação de alimentos da CETRIL. Obviamente que a intenção da Cooperativa não é prestar assistencialismo, mas contribuir com as instituições estruturadas que já oferecem apoio à população carente.

#### **CIPA CETRIL:**

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) é realizada anualmente no mês de julho/agosto, na sede da Cooperativa. Durante a SIPAT, os funcionários assistem a palestras, que tratam de assuntos do cotidiano, segurança no trabalho, relacionamento, bem estar, saúde, entre outros. Nesta ocasião, todos dão opinião para contribuir com a segurança no trabalho da Cooperativa. Como o evento é voltado especialmente para colaboradores, a SIPAT é planejada e organizada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), formada por membros de diferentes setores da Cooperativa.



A CIPA é responsável por pesquisar e orientar a CETRIL na compra de novos equipamentos de segurança para os funcionários, realizar reuniões constantes e visitar os locais de trabalho orientando os colaboradores quanto à segurança.

## Educação

Todos os colaboradores que estão cursando o ensino superior ou profissionalizante em cidades fora do seu domicílio foi adotado critérios de reembolso das despesas com transporte.

<b>Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região</b>							
<b>CNPJ no. 49.313.653/0001-10</b>							
<b>Demonstração do Balanço Social - 2012 e 2011</b>							
<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>							
				<b>2012</b>			<b>2011</b>
				<b>R\$ mil</b>			<b>R\$ mil</b>
<b>1 - Base de cálculo</b>							
Receita Líquida (RL)				26.525,85			19.631,25
Lucro Operacional (LO)				1.560,82			0,40
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				7.406,33			5.050,74
				<b>% sobre</b>			<b>% sobre</b>
<hr/>							
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>							
	<b>R\$ mil</b>	<b>FPB</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>FPB</b>	<b>RL</b>	
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Encargos sociais compulsórios	377,85	5,10%	1,42%	522,12	10,34%	2,66%	
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	205,10	2,77%	0,77%	174,88	3,46%	0,89%	
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	12,42	0,17%	0,05%	10,63	0,21%	0,05%	
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	56,99	0,77%	0,21%	25,95	0,51%	0,13%	
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	

Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Vale-transporte – excedente	0,00	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Outros Benefícios	804,87	10,87%	3,03%	676,15	13,39%	3,44%
<b>Total</b>	<b>1.457,24</b>	<b>19,68%</b>	<b>5,49%</b>	<b>1.409,74</b>	<b>27,91%</b>	<b>7,18%</b>
		<b>% sobre</b>			<b>% sobre</b>	
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>LO</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>LO</b>	<b>RL</b>
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	113,05	7,24%	0,43%	128,25	32239,76%	0,65%
<b>Total de contribuições para a sociedade</b>	<b>113,05</b>	<b>7,24%</b>	<b>0,43%</b>	<b>128,25</b>	<b>32239,76%</b>	<b>0,65%</b>
Tributos - excluídos encargos sociais	5.214,68	334,10%	19,66%	4.396,00	1105077,93%	22,39%
<b>Total</b>	<b>5.327,72</b>	<b>341,34%</b>	<b>20,09%</b>	<b>4.524,25</b>	<b>1137317,69%</b>	<b>23,05%</b>
		<b>% sobre</b>			<b>% sobre</b>	
<b>4 - Indicadores ambientais</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>LO</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>LO</b>	<b>RL</b>
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Relacionamento com a operação da empresa</b>						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e	115,38	7,39%	0,43%	103,85	26107,04%	0,53%

Industrial						
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>115,38</b>	<b>7,39%</b>	<b>0,43%</b>	<b>103,85</b>	<b>26107,04%</b>	<b>0,53%</b>
					<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>5 - Indicadores do corpo funcional (em unidades)</b>						
<b>Empregados no final do período</b>					<b>76</b>	<b>77</b>
<b>Escolaridade dos empregados</b>						
Superior e extensão universitária					20	21
Ensino médio					45	45
Ensino fundamental					11	11
<b>Faixa etária dos empregados</b>						
Abaixo de 30 anos					11	15
De 30 até 45 anos (exclusive)					51	48
Acima de 45 anos					14	14
<b>Admissões durante o período</b>					<b>4</b>	<b>9</b>
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>					<b>12</b>	<b>10</b>
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres					0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes					0,00%	0,00%
<b>Negros que trabalham na empresa</b>					<b>2</b>	<b>2</b>
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros					0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes					0	0
<b>Portadores de deficiência física</b>					<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Dependentes</b>					<b>152</b>	<b>150</b>
<b>Estagiários</b>					<b>0</b>	<b>0</b>

**6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial**

<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>	<b>26,78</b>	<b>19,45</b>
Maior remuneração	18,48	18,48
Menor remuneração	0,69	0,95
<b>Acidentes de trabalho</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

**37 DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa**

<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b> <b>Cooperativa de Eletrificação de Região de Ibiúna e Região</b> <b>CNPJ nº 49.313.653/0001-10</b> <b>Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos</b> <b>em 31 de Dezembro de 2012 e 2011</b> <b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>		
	<b>Legislação Regulatório/Societário</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de Consumidores	30.069,77	25.959,96
Pagamentos a Fornecedores Fornecedores Energia Elétrica	(8.807,55)	(8.932,16)
Comprada	(6.789,22)	(6.232,33)
Salários e Encargos Sociais	(6.426,16)	(5.865,09)
<b>Caixa Gerada pelas Operações</b>	<b>8.046,84</b>	<b>4.930,38</b>
Encargos Setoriais	(2.811,23)	(1.704,82)
Juros Pagos	(6,07)	(2,42)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(142,08)	(60,16)
Tributos Estaduais (ICMS)	(5.383,57)	(4.077,67)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(3,60)	0,00
<b>Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários</b>	<b>(299,71)</b>	<b>(914,69)</b>
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00

Indenizações	(13,85)	(6,72)
Associações e Convênios	0,00	0,00
Viagens	(11,56)	(20,08)
Outras Receitas	270,83	136,96
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>(54,29)</i>	<i>(804,53)</i>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	8,46	85,65
Juros Recebidos	0,00	0,00
Títulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>8,46</i>	<i>85,65</i>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras</b>		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	243,81	366,00
Recebimentos de Empréstimos	0,00	93,99
Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
Cheques Devolvidos	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(215,43)	(193,74)
Outras Devoluções	(1,41)	(6,76)
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades</i>	<i>26,97</i>	<i>259,49</i>

<i>Financeiras</i>		
<b>Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa</b>	<b>(18,86)</b>	<b>(459,39)</b>
<b>Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período</b>	<b>4.970,46</b>	<b>5.429,85</b>
<b>Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período</b>	<b>4.951,60</b>	<b>4.970,46</b>
<b>Varição pelo Caixa</b>	<b>(18,86)</b>	<b>(459,39)</b>

38 DVA – Demonstração do Valor Adicionado

<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>		
<b>Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região</b>		
<b>CNPJ no. 49.313.653/0001-10</b>		
<b>Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos</b>		
<b>em 31 de Dezembro de 2011 e 2012</b>		
<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>		
	<b>Legislação societária</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receitas</b>	<b>34.133,63</b>	<b>25.690,44</b>
Venda de energia e serviços	34.224,75	25.657,70
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(91,12)	(31,66)
Resultado não operacional	0,00	64,40
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(15.193,70)</b>	<b>(12.521,57)</b>
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	(4.856,10)	(753,70)
Material e serviços de terceiros	(10.337,60)	(11.767,87)

<b>(=) Valor adicionado bruto</b>	<b>18.939,93</b>	<b>13.168,87</b>
<b>(-) Quotas de reintegração</b>	<b>(2.196,80)</b>	<b>(2.232,82)</b>
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>	<b>16.743,13</b>	<b>10.936,05</b>
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>	<b>423,51</b>	<b>136,86</b>
Receitas (Despesas) financeiras	423,51	136,86
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
<b>(=) Valor adicionado a distribuir</b>	<b>17.166,64</b>	<b>11.072,91</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>6.098,12</b>	<b>4.011,89</b>
Remunerações	4.242,14	3.691,71
Encargos sociais (exceto INSS)	377,85	522,12
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	575,12	512,03
Convênio assistencial e outros benefícios	1.079,38	887,62
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(176,38)	(1.601,59)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
<b>Governo</b>	<b>9.084,02</b>	<b>6.859,61</b>
INSS (sobre folha de pagamento)	1.308,21	1.034,33
ICMS	5.214,68	4.396,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	2.561,13	1.429,28
<b>Financiadores</b>	<b>1,77</b>	<b>9,58</b>
Juros e variações cambiais	1,60	9,04
Aluguéis	0,17	0,54
<b>Acionistas</b>	<b>1.982,73</b>	<b>191,83</b>
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00

Lucros retidos	1.982,73	191,83
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>	<b>225,88</b>	<b>145,70</b>

### 39 Atividades não vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

A CETRIL não possui ou desenvolve nenhuma atividade não vinculada a sua Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

### 40 Análise Econômico Financeira

#### 40.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CETRIL, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, sendo que ao término do exercício de 2012, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual (Receita Líquida) decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 26.525,84 (Reais/mil), superior ao ano anterior em (3,98)% que foi de R\$ 25.509,76 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2012 foi de 21.248, já em 2011 foi de 20.562 ocasionando um aumento de 3,34% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2012, importou em R\$ (5.603,32) (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ (3.594,07) (Reais/mil), ocasionado um aumento de 55,90% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais – As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2012 foi de R\$ (974,82) (Reais/mil), superior em (21,08)% à do ano anterior que foi de R\$ (805,12) (Reais/mil).

Receita Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2012 importou em R\$ 421,91 (Reais/mil), enquanto que no exercício de 2011 o Resultado Financeiro foi de R\$ 127,84 (Reais/mil).

#### 40.2 Análise Econômica-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2012	2011
<b>1- Liquidez</b>				
Corrente ou Comum	AC - PC	R\$	7.428,99	6.540,77
Seca	(AC - E) / PC	R\$	3,11	2,79
Absoluta	AD / PC	R\$	1,45	1,42



Geral	$(AC + RLP) / (PC + ELP)$	R\$	2,76	2,04
<b>2- Lucratividade</b>				
Bruta s/ Vendas	$(LB / VB) \times 100$	%	5,79	0,61
Operacional s/ Vendas	$(LO / VB) \times 100$	%	12,49	7,48
Líquida s/ Vendas	$(LL / VB) \times 100$	%	5,79	0,61
6,58Líquida s/ Capital	$(LL / CS) \times 100$	%	12,37	1,20
Líquida s/ Patrimônio Líquido	$(LL / PL) \times 100$	%	4,80	0,50
<b>3- Rentabilidade</b>				
Retorno Líquido s/ Investimentos	$(LL / AT) \times 100$	%	4,23	0,42
<b>4- Endividamento</b>				
Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	11,82	13,25
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	88,18	86,75
<b>5- Investimentos</b>				
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	76,87	77,83
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	32,60	26,97
<b>6- Garantias</b>				
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%		
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	224,58	220,04
<b>7- Capital de Giro Próprio</b>				
Capital de Giro	$(AC-PC) / 1.000$	R\$	7,43	6,54

Valores Expresso em Reais Mil

- Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro Bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prazo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. P/ Aumento de Capital	DD = Despesas de Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

#### 41 Empreendimento em conjunto

A CETRIL não possui empreendimento em conjunto, exceção feita ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que é realizado de forma cooperada com outras empresas do Setor Elétrico, através do projeto conforme quadros demonstrativos abaixo assim denominados:

**ANEEL PD-5379-001/2010** - Sistema Híbrido de Detecção e Localização de Falhas Permanentes em Sistemas de Distribuição Urbanos e Rurais: Desenvolvimento Metodológico, Implementação e Projeto Piloto, com desenvolvimento previsto em 36 meses (início em 01 de outubro de 2010).

Código ANEEL	Empresa	CNPJ	Recurso (R\$/mil)
5379	CETRIL	49313653000110	160,00
6609	CERNHE	53176038000186	19,00
5386	CERIM	50235449000107	85,00
5366	CEDRI	50105865000190	24,00

5378	CERIPA	49606312000132	140,00
6610	CERMC	52548732000114	48,00
5384	CERPRO	44560381000139	27,00
5385	CERRP	45598678000119	62,00
5382	CERIS	57384943000182	32,00
5363	CERGRAL	86449170000173	34,00
4248	CERAL-DIS	10532365000110	26,00
0088	EFLJC	86301124000122	52,00
5274	CERES	31465487000101	41,00
2904	COOPERALIANÇA	83647990000181	340,00
5381	CEDRAP	60196987000193	57,00
0086	EFLUL	86531175000140	281,94

**ANEEL PD-103-0002/2011** - Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas, com desenvolvimento previsto em 36 meses (início em 01 de fevereiro de 2012)

<b>Código ANEEL</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Recurso (R\$/mil)</b>
0103	CHESP	01377555000110	573,00
0381	ELFSM	2748506900109	90,00
5379	CETRIL	49313653000110	110,00
6609	CERNHE	53176038000186	9,00
5386	CERIM	50235449000107	45,00

5366	CEDRI	50105865000190	7,00
5378	CERIPA	49606312000132	125,28
6610	CERMC	52548732000114	13,00
5384	CERPRO	44560381000139	8,00
5385	CERRP	45598678000119	28,00
5382	CERIS	57384943000182	18,00
4248	CERAL-DIS	10532365000110	14,00
0088	EFLJC	86301124000122	19,00
5274	CERES	31465487000101	27,00
2904	COOPERALIANÇA	83647990000181	185,00
5381	CEDRAP	60196987000193	31,00
5377	CERCOS	13107842000199	21,00

#### 42 Compensação de Variação de Custos da Parcela A

A CETRIL não possui compensação de variação de Custos da Parcela A –CVA, todavia apresenta os seguintes quadros de controle da neutralidade da Parcela A:

CCC R\$/Mil				
Período	Ciclo	Tarifa	Pago	Diferença
jan/12	2011/2012	76,88	71,59	(5,29)
fev/12	2011/2012	71,13	71,59	0,46
mar/12	2011/2012	70,49	71,59	1,10
abr/12	2011/2012	70,77	71,59	0,82
mai/12	2011/2012	66,75	71,59	4,84
jun/12	2011/2012	68,58	71,59	3,01
jul/12	2011/2012	64,70	71,59	6,89

ago/12	2011/2012	74,18	71,59	(2,59)
set/12	2011/2012	74,36	71,59	(2,77)
out/12	2012/2013	70,38	71,59	1,21
nov/12	2012/2013	37,34	36,95	(0,39)
dez/12	2012/2013	36,34	36,95	0,61

<b>CDE R\$/Mil</b>				
<b>Período</b>	<b>Ciclo</b>	<b>Tarifa</b>	<b>Pago</b>	<b>Diferença</b>
jan/12	2011/2012	62,31	58,03	(4,28)
fev/12	2011/2012	57,65	58,03	0,38
mar/12	2011/2012	57,13	58,03	0,90
abr/12	2011/2012	57,36	58,03	0,67
mai/12	2011/2012	54,10	58,03	3,93
jun/12	2011/2012	55,58	58,03	2,45
jul/12	2011/2012	52,44	58,03	5,59
ago/12	2011/2012	60,13	58,03	(2,10)
set/12	2011/2012	60,27	58,03	(2,24)
out/12	2012/2013	57,04	58,03	0,99
nov/12	2012/2013	58,64	58,03	(0,61)
dez/12	2012/2013	57,08	58,03	0,95

<b>PROINFA R\$/Mil</b>				
<b>Período</b>	<b>Ciclo</b>	<b>Tarifa</b>	<b>Pago</b>	<b>Diferença</b>
jan/12	2011/2012	24,76	23,05	(1,71)
fev/12	2011/2012	22,90	23,05	0,15
mar/12	2011/2012	22,70	23,05	0,35
abr/12	2011/2012	22,79	23,05	0,26
mai/12	2011/2012	21,49	23,05	1,56
jun/12	2011/2012	22,08	23,05	0,97
jul/12	2011/2012	20,83	23,05	2,22
ago/12	2011/2012	23,89	23,05	(0,84)
set/12	2011/2012	23,94	23,05	(0,89)
out/12	2012/2013	22,66	23,05	0,39
nov/12	2012/2013	23,30	23,05	(0,25)
dez/12	2012/2013	22,68	23,05	0,37

<b>TFSEE R\$/Mii</b>				
<b>Período</b>	<b>Ciclo</b>	<b>Tarifa</b>	<b>Pago</b>	<b>Diferença</b>
jan/12	2011/2012	6,31	5,88	(0,43)
fev/12	2011/2012	5,84	5,88	0,04
mar/12	2011/2012	5,79	5,88	0,09
abr/12	2011/2012	5,81	5,88	0,07
mai/12	2011/2012	5,48	5,88	0,40
jun/12	2011/2012	5,63	5,88	0,25
jul/12	2011/2012	5,31	5,88	0,57
ago/12	2011/2012	6,09	5,88	(0,21)
set/12	2011/2012	6,11	5,88	(0,23)
out/12	2012/2013	6,88	7,00	0,12
nov/12	2012/2013	7,07	7,00	(0,07)
dez/12	2012/2013	6,88	7,00	0,12

<b>RGR R\$/Mil</b>				
<b>Período</b>	<b>Ciclo</b>	<b>Tarifa</b>	<b>Pago</b>	<b>Diferença</b>
jan/12	2011/2012	76,66	71,39	(5,27)
fev/12	2011/2012	70,92	71,39	0,47
mar/12	2011/2012	70,28	71,39	1,11
abr/12	2011/2012	70,56	71,39	0,83
mai/12	2011/2012	66,56	71,39	4,83
jun/12	2011/2012	68,38	71,39	3,01
jul/12	2011/2012	64,51	71,39	6,88
ago/12	2011/2012	73,97	71,39	(2,58)
set/12	2011/2012	74,14	71,39	(2,75)
out/12	2012/2013	44,75	45,52	0,77
nov/12	2012/2013	46,00	45,52	(0,48)
dez/12	2012/2013	44,78	45,52	0,74

**Conclusão: Encerramos o exercício de 2012 com os seguintes valores expressos em nossa Neutralidade:**

<b>CCC - Conta de Consumo de Combustíveis</b>		<b>R\$/Mil</b>
Ativo 2011/2012		22,86
Ativo 2012/2013		1,85
Passivo 2011/2012		66,34
Passivo 2012/2013		0,39
<b>CDE - Conta de Desenvolvimento Energético</b>		<b>R\$/Mil</b>
Ativo 2011/2012		18,60
Ativo 2012/2013		1,96
Passivo 2011/2012		18,68



Passivo 2012/2013	0,62
<b>PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica</b>	
	<b>R\$/Mil</b>
Ativo 2011/2012	13,74
Ativo 2012/2013	0,78
Passivo 2011/2012	3,57
Passivo 2012/2013	0,25
<b>TFSEE - Taxa de Fiscalização ANEEL</b>	
	<b>R\$/Mil</b>
Ativo 2011/2012	2,76
Ativo 2012/2013	0,24
Passivo 2011/2012	0,91
Passivo 2012/2013	0,07
<b>RGR - Reserva Global de Reversão</b>	
	<b>R\$/Mil</b>
Ativo 2011/2012	30,76
Ativo 2012/2013	1,54
Passivo 2011/2012	63,56
Passivo 2012/2013	0,48

#### 43 Créditos Fiscais

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA				
Período de Aquisição	Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
01/01/2005 a 31/12/2012	ICMS s/ aquisição Imobilizado	373,50	409,94	783,44
Total Geral				783,44

#### 44 Instituição do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo, em 26 de outubro de 2001 um documento denominado Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de Informações Econômicas e Financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do Setor. Tal Manual tem sido constantemente atualizado e revisto pela SFF/ANEEL e atualmente, denomina-se Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Na constante atualização e modernização deste Manual, a SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a harmonização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4º, trimestre. Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL nº 4.722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Já no exercício de 2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL nº 396/2010, que, além de atualizações, institui a diferenciação da Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária, as quais trouxeram algumas alterações para o exercício de 2010 e grandes alterações de procedimento para o exercício de 2011. Entre elas, podemos destacar as já contempladas neste Balanço: Novos quadros do Ativo Regulatório, Passivo Regulatório, Demonstração do Resultado Regulatório, Notas Conciliatórias e explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias. Para o exercício de 2012, já estão previstos a duplicidade dos livros Diário, Razão e Balancetes.

#### 45 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CETRIL está estudando a viabilidade de projetos educativos de conscientização sobre o uso racional de energia elétrica. O projeto está passando por uma etapa criteriosa de planejamento para alcançarmos bons resultados na fase de execução. Além das escolas participantes, todos os funcionários da

CETRIL e também a comunidade em geral poderão tomar parte ativamente dos diversos eventos a serem realizados.

Palestras e cursos serão destinados a atender as necessidades de informação de crianças, jovens e adultos. A campanha prevê ainda a distribuição de folders educativos, entre outras atividades. As atividades visam chamar a atenção de todos sobre a necessidade de economizar energia elétrica. A campanha que deve ser posta em prática no decorrer de 2012, visa a total integração com a comunidade na qual nos encontramos inseridos, afinal o envolvimento da comunidade sempre foi constante na trajetória da cooperativa.

Por meio do apoio aos eventos festivos, principalmente naqueles de cunho filantrópico, bem como na efetiva participação em campanhas governamentais de natureza diversa, buscamos retribuir a confiança em nós depositada, observando sempre a ética e o respeito ao próximo.

A cooperativa direciona, ainda, recursos financeiros para a Organização Não Governamental SOS Itupararanga, que é uma entidade ambientalista, sem fins lucrativos, sediada no município e que tem como objetivos promover a preservação da Represa e auxiliar no desenvolvimento sustentável da região. Criada em 2000, a SOS ITUPARARANGA vem conquistando importantes avanços como: acompanhar a regulamentação da Área de Proteção Ambiental de Itupararanga; lutar contra a pesca predatória na represa; fiscalizar, em conjunto com os órgãos responsáveis, a área de preservação da Bacia de Itupararanga; desenvolver projetos na área da Educação Ambiental, Segurança, Formação Profissional para jovens e atuar pela gestão da Bacia de Itupararanga.

#### **46 Energia Livre**

A CETRIL, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre, 500GWh/Ano, conforme Decreto nº 5163/2004 e Resolução Normativa nº 206/2005, motivo pelo qual continua honrando o Contrato de Suprimento firmado com as concessionárias Companhia Piratininga de Força e Luz SA - CPFL e Elektro Eletricidade e Serviços SA, conforme as instruções do Órgão Regulador.

As compras futuras no mercado aonde sejam oferecidas melhores opções e devidamente aceitas e anuídas pelo Órgão Regulador serão motivo de estudo.

#### **47 RTE**

A CETRIL, devido não ter sido afetada diretamente pelo racionamento de energia elétrica, não teve direito à edição de RTE, justificando assim a não divulgação destes dados.

#### **48 ICMS sob Subvenção Baixa Renda**

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda. Todavia os consumidores da classe Residencial com até 90 KWh / Mês estão isentos deste tributo conforme Decreto 50473 de 20 de janeiro de 2006.

#### **49 PIS e COFINS**

A CETRIL não fatura PIS e COFINS diretamente de seus consumidores/cooperados. Informamos também, que não possuímos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de Ativo Imobilizado neste exercício e, em anteriores.

#### **50 Ativo Regulatório – PIS/COFINS**

A CETRIL não possui ativos regulatórios – PIS/COFINS no exercício de 2012.

#### **51 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)**

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2012 na CETRIL.

#### **52 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica/Eficiência Energética (P & D e PEE)**

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pelas Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 11.465, de 28 de março de 2007, nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009 e nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços público de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. O Manual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico de agosto de 2012 estabelece as diretrizes e orientações para a elaboração de projetos de P&D, onde estes deverão estar pautados pela busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. A pesquisa empresarial no setor de energia elétrica deverá ter metas e resultados previstos bem definidos, porque é diferente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação. A ANEEL é responsável pela avaliação e fiscalização da execução dos projetos para reconhecimento dos investimentos realizados. Em relação aos Programas de Eficiência Energética – PEE, conforme dispõe a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida, segundo regulamentos da ANEEL. O objetivo desses programas é demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso, busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito desses programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica. O Manual dos Programas de Eficiência Energética é um guia determinativo de procedimentos dirigido às Empresas, para elaboração e execução do PEE regulados pela ANEEL. Definem-se no Manual, a estrutura e a forma de apresentação dos projetos, os critérios de avaliação e de fiscalização e o tipo de projetos que podem ser realizados com recursos do PEE. Apresentam-se, também, os procedimentos para contabilização dos custos e apropriação dos investimentos realizados.

Em relação aos investimentos realizados pela CETRIL até 31 de dezembro de 2012, o passivo corrigido a investir apresenta-se a seguir:

<b>Programa de P&amp;D - Pesquisa e Desenvolvimento - 211.91.7.3 e 112.95.1</b>				
<b>Ciclo</b>	<b>Valor Apropriado</b>	<b>Valor Utilizado</b>	<b>Correção SELIC</b>	<b>Saldo Remanescente</b>
				<b>0,00</b>
2007/2008	13,66			<b>13,66</b>
2008/2009	24,72	0,00	2,98	<b>41,36</b>
2009/2010	32,67	0,00	5,60	<b>79,63</b>
2010/2011	31,33	(80,00)	9,25	<b>40,21</b>
2012/2011	51,85	0,00	0,00	<b>92,06</b>

<b>FNDCT - 211.91.7.1</b>				
<b>Ciclo</b>	<b>Valor Apropriado</b>	<b>Valor Utilizado</b>	<b>Correção SELIC</b>	<b>Saldo Remanescente</b>
				<b>0,00</b>
2007/2008				<b>0,00</b>
2008/2009				<b>0,00</b>
2009/2010	35,10	(35,10)	0,00	<b>0,00</b>
2010/2011	43,02	(39,56)	0,00	<b>3,46</b>
2012/2011	47,82	(43,88)	0,00	<b>7,40</b>

<b>MINSTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME - 211.91.7.2</b>				
<b>Ciclo</b>	<b>Valor Apropriado</b>	<b>Valor Utilizado</b>	<b>Correção SELIC</b>	<b>Saldo Remanescente</b>
				<b>0,00</b>
2007/2008				<b>0,00</b>
2008/2009				<b>0,00</b>
2009/2010	20,63	(20,63)	0,00	<b>0,00</b>
2010/2011	21,77	(20,04)	0,00	<b>1,73</b>
2012/2011	23,91	(21,94)	0,00	<b>3,70</b>

<b>PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - 211.91.8</b>				
<b>Ciclo</b>	<b>Valor Apropriado</b>	<b>Valor Utilizado</b>	<b>Correção SELIC</b>	<b>Saldo Remanescente</b>
				<b>0,00</b>
2007/2008	34,16	0,00		<b>34,16</b>
2008/2009	61,80	0,00	7,44	<b>103,40</b>
2009/2010	77,35	(88,16)	11,86	<b>104,45</b>
2010/2011	86,10	0,00	31,95	<b>222,50</b>
2012/2011	137,88	0,00	0,00	<b>360,38</b>

### **53 Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo - Fato Relevante**

A CETRIL não foi submetido no processo de revisão tarifária até o presente momento do fechamento do relatório das Notas Explicativas.

### **54 Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica**

O plano de universalização de energia elétrica da CETRIL não está concluído, mesmo com as obras já executadas por meio dos planos do Programa Luz para Todos, que totalizaram 3.358 ligações, além das ligações efetuadas no exercício de 2011 (797) e 2012 (791).

No ano de 2012 celebramos novo termo de compromisso junto ao Ministério de Minas e Energia, com anuência da ANEEL e Eletrobrás, no âmbito do Programa LPT, para atendimento a 1.500 ligações, em duas etapas, entre os anos de 2013 e 2014, conforme estabelece a Resolução nº 488/ANEEL – Anexo I.

O plano de obras referente essas novas ligações já foi aprovado pela Eletrobrás.

Considerando a grande extensão rural do município e as novas áreas anexadas após os acertos das poligonais nos anos de 2010 e 2011, com a CPFL e Elektro, ainda existe grande demanda a ser atendida.

O objetivo da CETRIL é alcançar a meta da universalização dentro dos prazos estabelecidos.

### **55 Ganhos Contingentes**

A CETRIL não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

### **56 Notas Não Divulgadas**

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuem movimentação, sendo:

- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Comodato;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Debêntures;
- Programa de desestatização;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial;
- Componentes provisórios da Revisão Tarifária Periódica.

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

## **57 PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas Renováveis na Produção de Energia Elétrica**

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, em seu art. 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA. Para tanto, segundo o disposto nos arts. nºs 12 a 14 e 16, fixa as seguintes diretrizes:

1. a ANEEL deverá estabelecer quotas de custeio e de energia a cada um dos agentes do SIN que comercializem energia com consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD relativas a consumidores livres;
2. o cálculo de tais quotas deve ser baseado no Plano Anual do PROINFA - PAP, a ser elaborado pela ELETROBRÁS e encaminhado para a ANEEL, até 30 de outubro de cada ano, para homologação;
3. as quotas devem ser estabelecidas proporcionalmente ao consumo verificado, de modo a não acarretar vantagens nem prejuízos à ELETROBRÁS, e pagas até o dia 10 do mês anterior ao de referência; e
4. a partir do 2º ano o PAP deve levar em consideração alteração do mercado consumidor, de preços e dos montantes de energia contratados, a inadimplência, e os montantes de energia efetivamente gerados no âmbito do PROINFA.

Diante desta regulamentação setorial, coube à CETRIL as seguintes quotas do PROINFA, devidamente ajustadas pela CVA, sendo:

<b>ANO</b>	<b>GWh</b>	<b>VALOR</b>
2010	1,81	247,60
2011	1,61	298,00
2012	1,39	262,87

## **58 Ativos não Elegíveis**

A CETRIL não possui Ativos não Elegíveis.

## **59 Investimento Remunerável**

Não possuímos ainda a base de Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, pois o nosso primeiro processo de Revisão Tarifária Periódica que estava previsto para ocorrer em 30/10/2012 não ocorreu até o presente momento.

## **60 Reajuste Tarifário**

Através da Resolução Homologatória nº 1.373 de 23/10/2012 foi homologado à CETRIL a prorrogação da vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD's, constantes dos Anexos I, II-A e V da Resolução Homologatória nº 1.224 de 25/10/2011.

## **61 TUSD/MUST e SUBSÍDIO TE**

Não ocorreu descontos concedidos sobre TUSD/MUST, bem como Subsídio TE no exercício de 2012.

## **62 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos**

No exercício de 2012 e 2011 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CETRIL vinculados à seu serviço Concedido e que todos esses bens serão periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador.

## **63 Cronograma de Ações para atendimento à implementação do MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, na Empresa Cooperativa de Eletrificação de Ibiúna e Região.**

A Cetril não mediu esforços no sentido de adequar às novas normas da Resolução Aneel 367/2009 que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE a ser utilizado por concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica, cujos bens e instalações, nos termos da legislação vigente, são passíveis de reversão à União.

Solicitamos em conjunto com as demais cooperativas filiadas à Fecoeresp a prorrogação do prazo juntamente com um novo cronograma de trabalho para a completa implementação de todas as instruções através do Ofício nº 039/2011 – Fecoeresp de 02/12/2011, cuja concordância da dilação do prazo foi dada através do Ofício nº 1205/2011 – SFF/ANEEL de 30/12/2011 estipulando o novo prazo para 30 de junho de 2012, ressaltando que o Relatório de Controle Patrimonial - RCP poderá ser encaminhado a partir do exercício de 2012. A implementação das Instruções Gerais de Controle Patrimonial – IG e das Instruções de Cadastro Patrimonial – ICAD, constantes nos itens 6 e 7 do MCPSE e das respectivas tabelas anexas ao Manual foi no ano 2012.



#### 64 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBITIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 4.181,29 R\$/Mil da LAJIDA/EBITIDA do exercício de 2012 valor das quais está composto das seguintes contas conforme demonstrado no quadro abaixo:

<b>EBITIDA / LAJIDA - Societária</b>	
	Saldo
Resultado do Exercício antes da CS e do IR	1.982,73
Depreciação	2.196,80
Juros	1,76
<b>EBITIDA / LAJIDA</b>	<b>4.181,29</b>

#### 65 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e sua publicação estará disponibilizada no sítio eletrônico da Cetril a partir do dia 30/04/2013, prazo em que se encerra o envio dos dados da PAC – Prestação Anual de Contas à Aneel e será posteriormente também disponibilizada na Central de Informações Econômico Financeiras do Setor Elétrico – CIEFSE da Aneel, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

## SEÇÃO VII

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO –  
“CETRIL”**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – “CETRIL”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

contábeis da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as Demonstrações Contábeis**

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO – “CETRIL”** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis da **“CETRIL”** em 31 de dezembro de 2011, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 15 de fevereiro de 2012.

Campinas, 13 de março de 2013.



**AUDITORES INDEPENDENTES.**  
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

**GUILHERME PEREIRA MENDES**  
Contador CRC 1SP 146031/O-5

## **SEÇÃO VIII**

### **RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTOS DOS CONTROLES INTERNOS. “RRAI”**

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis da CETRIL correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

#### **1 - CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS**

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil, cujos aspectos abordados foram devidamente considerados no nosso parecer datado de Campinas, 13 de março de 2013.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária Brasileira, no tocante ao cumprimento da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) aspectos inerentes a Lei 11638/07, de 28/12/2007 e Lei 11941/09 de 27/05/2009, em consonância quando aplicável com os normativos da CVM, conjugada com a Lei da sociedades Cooperativistas (Lei 5764/71) e Legislação Fiscal, que altera a lei das Sociedades por Ações, quando a adoção de determinadas práticas contábeis e forma de apresentação das demonstrações contábeis a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2008, Normas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, bem como pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel vinculada ao Ministério de Minas e Energia que regulamenta e fiscaliza o setor.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

Observamos a falta de um sistema de controles internos devidamente formalizado e implementado, que pudesse oferecer a segurança necessária e, em conjunto com os sistemas informatizados, diminuir ou eliminar erros de cálculos, extravios, perdas financeiras e erros contábeis.

Recomendamos o desenvolvimento e a implantação de manuais de controles internos e sua integração aos sistemas informatizados e contabilidade. Atualmente em implantação.

Sugerimos a implantação de Manual de Cargos e Salários.

## **2 - CAIXA**

A sociedade adota um controle de caixa na forma de um Boletim Diário, que contenha as operações realizadas, bem como as assinaturas do caixa e de seu superior imediato e diretoria. Os lançamentos diários do caixa são integrados à contabilidade, portanto o saldo pode ser confirmado através de levantamentos alternativos.

Recomendamos que o caixa seja conferido diariamente por pessoas distintas as suas operações e manipulação, inclusive pelo Conselho Fiscal.

Recomendamos que a conferência periódica do saldo de caixa seja feita, pelo menos por ocasião dos balancetes e balanços, por funcionários independentes às funções do caixa e tesouraria ou pelo Conselho Fiscal, lavrando e autenticando o respectivo termo, sem exceção.

Observamos que os funcionários responsáveis pelo manuseio direto dos numerários não possuem Carta de Fiança ou Seguro Fidelidade.

A Carta de Fiança é um instrumento jurídico importante na recuperação de possíveis desvios de valores que possam ocorrer nas dependências da cooperativa.

O Seguro Fidelidade pode ser feito em uma seguradora de confiança, que cobrirá um possível desfalque, até o montante estipulado na apólice.

Ressaltamos que a Sociedade poderá optar tanto pela Carta de Fiança, quanto pelo Seguro Fidelidade, e julgamos necessário que seja adotado uma destas formas de segurança

### **3 - BANCOS**

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos e circularizações externas, que não revelaram divergências.

### **4 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos e verificamos que o saldo desta conta estava adequado.

### **5 - OUTROS DEVEDORES**

Verificamos que os saldos nas contas DMR a Reembolsar Ciclo 2011 / 2012 e DMR a Reembolsar Ciclo 2012 / 2012, não apresentavam saldo adequado.

Foi regularizado.

### **6 - OUTROS CRÉDITOS**

Verificamos que os saldos nas contas Neutralidade Parcela A – RGR Ativa e Neutralidade Parcela A – TFSEE Ativa, não apresentavam saldo adequado.

Foi regularizado.

### **7 - ATIVOS REGULATÓRIOS**

Verificamos que os saldos nesta conta (Neutralidade Parcela A – CCC Ativa, Neutralidade Parcela A – CDE Ativa e Neutralidade Parcela A – PROINFA Ativa), não apresentavam saldo adequado.

Foi regularizado.

## **8 - DEFERIMENTO DE REPOSIÇÃO TARIFÁRIA**

Verificamos que os saldos nesta conta (Provisão dos Efeitos na RTP), não apresentavam saldo adequado.

Foi regularizado.

## **9 - OUTROS ATIVOS REGULATÓRIOS**

Verificamos que o saldo na conta Efeitos IFRS (Ativos Regulatórios – IFRS), não apresentava saldo adequado.

Foi regularizado.

## **10 - COMPENSAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CUSTOS**

Verificamos que os saldos nesta conta, não apresentavam saldo adequado.

Foi regularizado.

## **11 - INTANGÍVEIS**

Verificamos que o saldo na conta Efeitos IFRS (Ativo Intangível da Permissão), não apresentava saldo adequado.

Foi regularizado.

## **12 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Verificamos que o saldo na conta Efeito IFRS (Transferência ICPC 01), não apresentava saldo adequado.

Foi regularizado.

## **13 - INTANGÍVEIS**

Verificamos que o saldo na conta Efeitos IFRS (Transferência Receita de Construção), não apresentava saldo adequado.

Foi regularizado.



#### **14 - A RATEAR**

Verificamos que o saldo na conta Efeitos IFRS (Transferência Receita de Construção), não apresentava saldo adequado.

Foi regularizado.

#### **15 - OUTROS PASSIVOS REGULATÓRIOS**

Verificamos que o saldo na conta Efeitos IFRS (Passivos Regulatórios – IFRS), não apresentava saldo adequado.

Foi regularizado.

#### **16 - ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER**

Efetuamos o confronto contábil com os respectivos documentos, e verificamos que os saldos nas contas Encargos Reembolso Perdas Sistema e Neutralidade Parcela A – RGR Passiva, não apresentavam saldo correto.

Regularizar em 2013 e melhorar o controle.

#### **17 - ATIVO PERMANENTE**

A cooperativa não dispunha de controles analíticos, conciliados com a contabilidade, para os bens do ativo imobilizado. Como consequência, os valores registrados no balanço são controlados por saldo de grupo de contas e as depreciações (reintegrações) são calculadas aplicando-se índices sobre os saldos, considerando os bens totalmente depreciados ou mesmo baixados.

Sem os controles analíticos dos bens, a cooperativa deixava de cumprir as Normas ditadas pela ANEEL, principalmente a Resolução 444 de 26 de outubro de 2001 e a Portaria nº 815, de 30 de novembro de 1994.

Em 2012 foi concluído o trabalho da resolução 367/2009.

## **18 - CAPITAL SOCIAL**

Os controles analíticos do Capital Social pertencente a cada associado não estavam atualizados, portanto não era possível no momento a confirmação dos valores registrados no Balanço.

Em 2012, foi efetuado levantamento completo no cadastro de cooperados e ficha de controle do Capital Social, para efetuar sua atualização.

## **19 - CONCLUSÃO**

Com base nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO - CETRIL**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, pela falta de controles internos formalizados, parte das informações não estão subsidiada em procedimentos e registros considerados satisfatórios.

Contudo, a fim de se diagnosticar e elaborar um conjunto de controles internos da sociedade, recomendamos a contratação de uma consultoria de organização e métodos para a referida tarefa, em todos os setores da sociedade, bem como auditoria operacional periódica.

Estamos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Campinas, 13 de março de 2013.



**AUDITORES INDEPENDENTES.**  
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

**GUILHERME PEREIRA MENDES**  
Contador CRC 1SP 146031/O-5